



86

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0004123-08.2014.8.17.0000 (0333424-7)

IMPETRANTE: Bel. Tiago Oliveira Reis (OAB/PE 34.925)

PACIENTE: Vinicius Albuquerque Marcelino

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dr^a. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO TENTADO. NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. ALEGADAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS À LIBERDADE PROVISÓRIA. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 86 DESTES TJPE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A análise acerca da autoria delitiva é questão que não pode ser dirimida em sede de *habeas corpus*, haja vista a inafastável necessidade de dilação probatória, providência incompatível com o rito célere e sumário da via eleita;
2. Inexiste infração ao princípio constitucional da presunção de inocência quando se trata de paciente propenso ao cometimento de crimes e a sua segregação está suficientemente justificada na garantia da ordem pública, no intuito de evitar a reiteração delitiva;
3. Persistindo os motivos justificadores da prisão preventiva, tornam-se irrelevantes as alegadas condições pessoais favoráveis do paciente à concessão da liberdade provisória, as quais, por si sós, não geram direito subjetivo à referida *benesse*. Aplicação da súmula 86 deste TJPE;
4. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0004123-08.2014.8.17.0000 (0333424-7), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

junho de 2014, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator

88



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0004123-08.2014.8.17.0000 (0333424-7)

IMPETRANTE: Bel. Tiago Oliveira Reis (OAB/PE 34.925)

PACIENTE: Vinicius Albuquerque Marcelino

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dr^a. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

RELATÓRIO

Em sede de plantão judiciário do segundo grau, o Advogado Tiago Oliveira Reis impetrou o presente *habeas corpus*, como pleito liminar, em favor de **Vinicius Albuquerque Marcelino**, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE, juízo perante o qual o Paciente responde ao processo de NPU 0000061-17.2014.8.17.0810.

Noticia o Impetrante que o Paciente foi preso em flagrante delito no dia 14/12/2013, em face da suposta prática do crime de roubo, na forma tentada (artigo 157, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal), sendo essa prisão convertida em preventiva sob o fundamento da garantia da ordem pública.

Argumenta, inicialmente, que o Paciente não praticara o delito a si imputado, pois, na verdade, teria sido vítima do crime de ameaça, tentativa de roubo e lesão corporal, perpetrados por Guilherme Alves de Lima, em represália por tê-lo denunciado nos autos de NPU 0065966-73.2011.8.17.0001.

Alega, em síntese, que o Paciente sofre coação ilegal em sua liberdade de locomoção, porquanto, apesar de suas condições pessoais favoráveis à liberdade provisória (primariedade, profissão definida – eletricista predial – residência fixa) e de inexistirem os requisitos autorizadores da prisão preventiva, permanece segregado cautelarmente.

Defende que a prisão cautelar do Paciente fere o princípio da presunção de inocência, pois considerar que o mesmo é “propenso” à prática de crimes quando sequer foi considerado culpado no outro processo a que responde, não é fundamento idôneo para a manutenção da medida extrema à garantia da ordem pública.

Sustenta que na ausência dos motivos fáticos capazes de justificar a prisão preventiva, deveria ser concedida ao Paciente a liberdade provisória.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Diante do exposto, requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do Paciente, com a consequente expedição do competente alvará de soltura em seu favor, sob o comprometimento de comparecer a todos os atos processuais para os quais for intimado.

No mérito, pugna pela concessão da presente ordem em definitivo.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 21/39.

Mediante despacho de fls. 41/42 o Des. Plantonista entendeu que o pleito liminar formulado neste *writ* não se trata de matéria inerente ao plantão, deixando, portanto, de apreciá-lo.

Distribuídos, vieram os autos à minha Relatoria. Através da decisão interlocutória de fls. 50/52 foi indeferido o pedido liminar e solicitadas informações ao Juízo apontado coator.

À f. 61 constam as informações da autoridade impetrada, acompanhadas dos documentos processuais de fls. 62/74.

Em seguida, os autos foram com vista à Procuradoria de Justiça que, em parecer da lavra da Dr^a Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pela denegação da ordem (fls. 78/82).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores,

Conforme o exposto, o presente *mandamus* tem por objetivo sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo Paciente, o qual almeja a revogação de sua prisão preventiva.

Extrai-se da inicial acusatória (fls. 21/22), que no dia 14 de dezembro de 2013, no Conjunto Marcos Freire, Jaboatão dos Guararapes/PE, **Vinicius Albuquerque Marcelino**, ora Paciente, mediante utilização de um simulacro de arma de fogo, tentou assaltar as vítimas Pablo Roberto do Carmo de Souza e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Anderson Paulo dos Santos, não logrando êxito na prática delitiva por circunstâncias alheias à sua vontade.

Acerca do *modus operandi*, consta da denúncia que (fls. 21/22):

“(…), as vítimas eram ocupantes de uma motocicleta de marca SHINERAY e estavam perseguindo um veículo que tinha atropelado algumas pessoas na localidade, porém, foram trancadas pelo veículo de marca WV, modelo GOLF GLX, cor vermelha, placa MUA 0620, no qual estava o denunciado. Na ocasião, este gritou: “Perdeu! Perdeu!”, entretanto, ao avistar uma viatura policial que por ali passava, VINICIUS ALBUQUERQUE deixou o local sem lograr êxito na subtração. Os milicianos, por sua vez, perseguiram-no e conseguiram prendê-lo em flagrante delito”.

Nas informações de f. 61, o Magistrado singular destaca que, seguindo parecer ministerial, indeferiu o pleito de liberdade formulado pela Defesa do Paciente e que o feito encontra-se no aguardo da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 14/07/2014.

Pois bem.

A análise acerca da autoria delitiva é questão que não pode ser dirimida em sede de *habeas corpus*, haja vista a inafastável necessidade de dilação probatória, providência incompatível com o rito célere e sumário da via eleita.

Com efeito, entende o Superior Tribunal de Justiça: “*Não há como conhecer da alegação de negativa de autoria, pois é cediço na jurisprudência desta Corte que o exame dessa tese requer amplo reexame do conjunto fático-probatório, providência esta que não se coaduna com o rito célere e sumário da via eleita*”. (HC 284.595/SP, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 05/05/2014)

Por outro lado, para a decretação da prisão preventiva não se exige prova concludente da autoria delitiva, reservada à condenação criminal, mas, tão somente, indícios desta, os quais, *in casu*, restam consubstanciados pelas declarações das vítimas, prestadas em sede policial (fls. 32/33).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Deste modo, presentes os pressupostos constantes do artigo 312 do Código de Processo Penal (indícios de autoria e prova da materialidade delitiva), o Juízo plantonista converteu a prisão em flagrante delito do Paciente em preventiva, sob os fundamentos da garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, nos termos da decisão acostada às fls. 25/29.

Posteriormente, o Magistrado processante, acompanhando cota ministerial de f. 72, indeferiu a liberdade provisória pleiteada em favor do Paciente, pois entendeu que (f. 73): *“a existência de antecedentes criminais em face da parte autuada, como demonstra FAC dos autos, demonstra sua propensão para o mundo do crime, motivo porque a liberdade provisória não pode ser deferida, como necessidade de garantir a ordem pública, presente este requisito da preventiva”*.

De fato, a necessidade de preservar a ordem pública resta patente em face da inclinação do Paciente para o cometimento de crimes, pois, de acordo com consulta ao sítio eletrônico deste TJPE, além de responder a outra ação penal (processo de NPU 0065966-73.2011.8.17.0001 – perante a 12ª Vara Criminal da Capital/PE), na qual estava na fruição do benefício da liberdade provisória quando foi preso em flagrante delito na tentativa de roubar duas pessoas, em via pública, utilizando-se de simulacro de arma de fogo, consoante denúncia de fls. 21/22.

Frise-se, a título de informações, que o Paciente está preso preventivamente não só em razão da ação penal objeto deste *writ*, mas também nos autos de NPU 0065966-73.2011.8.17.0001, no qual foi revogada a liberdade outrora concedida – decisão de fls. 70/71.

Nesse contexto, diferentemente das alegações do Impetrante, inexistente, na espécie, qualquer infração ao princípio constitucional da presunção de inocência, porquanto a propensão do Paciente para a prática de infrações penais é circunstância suficiente para embasar a sua prisão preventiva visando resguardar a ordem pública, haja vista a concreta possibilidade de reiteração criminosa acaso posto em liberdade.

Acerca da matéria, segue julgado do STJ¹:

¹ RHC 45.749/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014. 4



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

RECURSO EM "HABEAS CORPUS". CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. TENTATIVA DE ROUBO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. REITERAÇÕES DELITIVAS. PRECEDENTES.

1. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na garantia da ordem pública em face da periculosidade dos recorrentes, caracterizada pela reiteração de prática delituosa, mormente pela existência de registros de outros ilícitos cometidos por eles. (destaque acrescido)
2. Recurso em "habeas corpus" a que se nega provimento.

Sobre a matéria, manifestou-se a Procuradoria de Justiça (f. 81): "(...), *não enxergo constrangimento ilegal a ser reparado, já que acertada a decretação da prisão cautelar do paciente, carecendo o presente mandamus de argumentos a amparar a concessão da ordem*".

Sendo assim, demonstrada a necessidade da custódia cautelar do Paciente à garantia da ordem pública, tornam-se irrelevantes suas alegadas condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória, as quais, por si sós, não geram direito subjetivo à referida *benesse*.

A propósito, colaciono, *in verbis*, o enunciado da súmula 86 deste TJPE:

"As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva". (grifei)

No mesmo sentido, confira-se excerto de precedente do Superior Tribunal de Justiça²:

"5. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e

² HC 284.863/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 08/05/2014.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

**subjativa que autorizem a decretação da medida extrema.”
(destaquei)**

Em face de todo o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 12 de junho de 2014.


Des. Antônio de Melo e Lima
Relator